

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE - TRENSURB

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2022

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações intermediárias do resultado

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Demonstrações intermediárias do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Contábeis Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

A Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empreiteira, após ter vencido uma licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de Cartel. No entanto, a Companhia suportou-se com os procedimentos investigatórios realizados pela TCU e CGU, que não tivemos pleno acesso. Dessa forma, não realizando procedimentos investigatórios próprios que, conforme determinado pela Norma Brasileira de Contabilidade, CTA 30, teriam como objetivo determinar os possíveis impactos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Conseqüentemente, não nos foi possível obter evidências suficientes e apropriadas de auditoria no sentido de determinar a extensão dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia em 31 de março de 2022.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13d, a Administração da Companhia, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico "CPC 01 | NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos", elaborou análise para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, registrados em 31 de março de 2022, pelos montantes de R\$ 1.238.001.494 e R\$ 2.122.473, respectivamente, não estavam registrados por valor acima do seu valor recuperável. Contudo, a análise elaborada pela Companhia não atendeu a todos os requisitos da referida norma e, como consequência disso, não nos foi possível concluir sobre possíveis ajustes para redução do ativo imobilizado e ativo intangível ao valor recuperável. Bem como, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriada e suficientes para concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 31 de março de 2022.

A provisão para contingências trabalhistas e cíveis da Companhia não atende os critérios de reconhecimento de provisão conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 25 | NBC TG 25 parágrafo 14. Nessas circunstâncias, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para avaliar adequadamente as estimativas e as divulgações da Companhia relativas à provisão para contingências trabalhistas e cíveis, conforme requerido pela NBC TA 540 - Auditoria de estimativas contábeis e divulgações relacionadas. Consequentemente, não foi possível, nas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos quanto a razoabilidade das divulgações na nota explicativa nº 18 relativas ao saldo de provisões para contingências trabalhistas e cíveis, bem como não podemos concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 31 de março de 2022.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1).

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, em decorrência da mudança de política contábil relativa ao reconhecimento de atualização dos adiantamentos para futuros aumentos de capital, os valores correspondentes, relativos às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é considerada informação suplementar. A demonstração intermediária do valor adicionado foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 26 de maio de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	31/03/2022	31/12/2021 REAPRESENTADO		NOTA	31/03/2022	31/12/2021 REAPRESENTADO
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	152.971.602	138.710.125	Fornecedores	15	20.089.141	18.586.169
Créditos a receber	6	2.479.223	3.307.500	Impostos e taxas a recolher		405.298	290.081
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	7	8.274.095	4.465.845	Contribuições sociais a recolher		3.289.350	3.493.424
Adiantamento de férias e débitos de empregados	8	3.413.348	3.046.977	Obrigações trabalhistas	16	17.295.909	16.055.328
Adiantamento de fornecedores		-	-	Adiantamento de Clientes	17	1.644.369	1.395.660
Direitos a receber	9	193.580	173.465	Credores por convênios	18	1.157.547	724.662
Impostos a recuperar		1.094	1.094	Credores por depósitos		93.482	93.482
Estoques	10	16.405.729	17.463.927	Plano de Previdência - Equacionamento	26c	327.592	454.248
Despesas do exercício seguinte		200.824	327.684			44.302.688	41.093.054
		183.939.495	167.496.616				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências trabalhistas	19a	102.649.771	94.686.124
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Provisão para contingências cíveis	19b	19.469.640	17.194.283
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	11	50.145.043	55.079.118	Provisão IR/CS diferido	13c	15.947.837	16.231.047
Débitos de empregados	8	169.064	169.064	Adiantamentos para aumento de capital	21a	3.025.817	2.137.418
Penhora s/ receita própria	12	461.127	461.127	Obrigações Trabalhistas	16	686.688	686.688
		50.775.909	55.709.984	Plano de Previdência - Equacionamento	25c	2.616.626	2.616.626
						144.396.379	133.552.186
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	13	1.238.001.494	1.249.048.154	Capital social	20a	2.014.563.144	2.014.563.144
Intangível	14	2.122.473	2.225.457	Adiantamentos para aumento de capital	21a	81.445.510	78.116.397
		1.240.146.663	1.251.296.306	Ajuste avaliação patrimonial	13c	30.957.338	31.507.098
				Prejuízos acumulados	20b	(840.802.993)	(824.328.973)
		1.290.922.572	1.307.006.290			1.286.162.999	1.299.857.666
TOTAL DO ATIVO		1.474.862.066	1.474.502.907	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.474.862.066	1.474.502.907

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2022	31/03/2021 REAPRESENTADO
RECEITA BRUTA			
Serviço de Transporte Metroviário		28.599.129	20.294.152
Aluguéis, arrendamentos e concessões		564.175	599.782
Consultoria Atividade Tec. Engenharia		-	-
		29.163.304	20.893.934
Tributos sobre a receita bruta e devolução vendas		(52.186)	(55.480)
RECEITA LÍQUIDA		29.111.118	20.838.454
Custo dos serviços prestados	22 23	(59.994.489)	(63.822.335)
PREJUÍZO BRUTO		(30.883.371)	(42.983.881)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(18.933.691)	(18.588.679)
Outras receitas e despesas		(18.215.202)	2.369.191
Condenações Trabalhistas		(3.145.351)	(419.595)
Provisão/reversão ações trabalhistas	19a	(12.873.368)	2.778.793
Provisão/reversão ações cíveis	19b	(2.313.060)	(59.582)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		116.577	69.574
		(37.148.892)	(16.219.488)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(68.032.263)	(59.203.369)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		3.306.102	3.473.420
Receitas financeiras		4.206.195	3.482.382
Despesas financeiras		(900.093)	(8.962)
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL	21b	47.419.172	11.556.543
RESULTADO OPERACIONAL		(17.306.990)	(44.173.406)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(17.306.990)	(44.173.406)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	25	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(17.306.990)	(44.341.051)
Lucro por ação do capital social		-0,0018	-0,0047

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Reais)

	31/03/2022	31/03/2021 REAPRESENTADO
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(17.306.990)</u>	<u>(44.173.406)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>(17.306.990)</u></u>	<u><u>(44.173.406)</u></u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 REAPRESENTADO	2.014.563.144	46.076.522	33.706.141	(732.928.764)	1.361.417.043
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12.885	-	-	12.885
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	(43.340.436)	(43.890.196)
Resultado do exercício	-	-	-	(44.173.406)	(44.173.406)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 REAPRESENTADO	2.014.563.144	46.089.406	33.156.380	(776.269.200)	1.317.539.731
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO	2.014.563.144	56.763.348	31.507.097	(802.975.924)	1.299.857.666
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.329.113	-	-	3.329.113
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	(16.474.019)	(17.023.780)
Resultado do exercício	-	-	-	(17.306.990)	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2022	2.014.563.144	60.092.462	30.957.337	(819.449.944)	1.286.162.999

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2022	31/03/2021 REAPRESENTADO
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(17.306.990)	(44.173.406)
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		12.753.221	13.060.614
Baixa de bens do ativo imobilizado		599	-
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	20a	888.399	-
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	18	15.186.428	(2.719.212)
		11.521.657	(33.832.004)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		828.277	(305.613)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(3.808.251)	1.356.966
Estoques		1.058.198	777.872
Tributos e Contribuições a Recuperar		-	-
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		4.934.075	(5.565.677)
Demais contas de Ativo		(259.626)	(440.062)
		2.752.673	(4.176.514)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		1.502.972	6.653.856
Impostos e taxas a recolher		131.980	98.423
Contribuições sociais a recolher		(220.837)	(148.264)
IRPJ/CSLL a Pagar	20a	-	-
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		1.240.914	803.574
Credores por convênios e depósitos		314.737	(1.352.319)
Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento		239.869	(51.327)
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	20	(4.947.424)	(91.118)
		(1.737.790)	5.912.825
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais		12.536.540	(32.095.694)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(1.604.177)	(513.493)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(1.604.177)	(513.493)
Recursos recebidos para aumento de capital	23a	3.329.113	12.885
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento		3.329.113	12.885
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	14.261.477	(32.596.302)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		138.710.125	172.972.671
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		152.971.602	140.376.370

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

14.261.477 (32.596.302)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u> <u>REAPRESENTADO</u>
Receita de prestação de serviços		28.599.129	20.294.152
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		564.175	599.782
Outras receitas e despesas (líquidas)		116.577	69.574
Provisões trabalhistas e cíveis		(15.186.428)	2.719.212
		14.093.453	23.682.720
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(1.961.075)	(1.476.708)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(20.922.833)	(26.461.882)
		(22.883.908)	(27.938.589)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(8.790.455)	(4.255.870)
Depreciação e amortização		(12.753.820)	(13.060.614)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(21.544.275)	(17.316.484)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		47.419.172	11.556.543
Receitas financeiras		4.206.195	3.482.382
		51.625.367	15.038.925
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		30.081.092	(2.277.559)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		30.081.092	(2.277.559)
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		33.133.563	29.804.539
Benefícios		5.971.772	5.857.702
FGTS		2.617.985	2.373.154
		41.723.319	38.035.394
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		4.185.932	3.262.918
Estaduais		7.047	10.235
Municipais		34.405	77.051
		4.227.384	3.350.204
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		11.694	8.962
Aluguéis		537.285	501.287
		548.979	510.249
Juros sobre adiantamento de capital		888.399	-
Lucro líquido do exercício retido		(17.306.990)	(44.173.406)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2022, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 26 de Maio de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: realização de créditos a receber (Nota 5), realização de direitos a receber (Nota 8) realização dos estoques (Nota 9), Vida útil e "*impairment*" do ativo imobilizado (Nota 12), vida útil dos ativos intangíveis (Nota 13), provisão para contingências (Nota 18), Imposto de renda e contribuição social (Nota 24), suficiência do passivo atrelado ao plano de previdência e déficit atuarial (Nota 25) e classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de março de 2022 e 2021, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) CPC 48 Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6), Direitos a receber (Nota 8) e aplicação em títulos e valores mobiliários.

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 14), adiantamento de clientes (Nota 16), credores por convênios (Nota 17), credores por depósitos e adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 20.a)..

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção nem com atividade de hedge.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao valor recuperável, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido do período são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4. REAPRESENTAÇÃO

- a) A Companhia realizou a regularização da atualização do aumento de capital homologado através da Assembleia Geral Extraordinária de 20/12/2022, no seu patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir. O valor regularizado foi baseado em parecer do ministério da economia e voto da União para o referido aumento de capital, no qual foi considerado atualização dos valores recebidos de adiantamento para futuro aumento de capital até a sua aprovação e não até sua homologação, conforme ocorreu em processos anteriores. Os impactos dessa regularização estão apresentados na coluna “Reclassificações” no balanço patrimonial, demonstração de mutações do patrimônio líquido e Demonstração do Resultado do exercício, para fins de comparação, contidos nessa nota. Observando as disposições da NBC –TG 23 (Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO			
	2021 Originalmente apresentado	Ajustes/ Reclassif.	2021 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE	167.496.617	-	167.496.617
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo	55.709.984	-	55.709.984
Imobilizado, Intangível e Investimentos	1.251.296.306	-	1.251.296.306
	1.307.006.290		1.307.006.290
TOTAL DO ATIVO	1.474.502.907	-	1.474.502.907

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2021		2021
	Originalmente	Ajustes/	Reapresentado
	apresentado	Reclassif.	
PASSIVO CIRCULANTE	41.093.054	-	41.093.054
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	133.552.186	-	133.552.186
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	78.116.397	(21.353.049)	56.763.348
Prejuízos acumulados	(824.328.973)	21.353.049	(802.975.924)
Outros	<u>2.046.070.243</u>		<u>2.046.070.243</u>
	1.299.857.666		1.299.857.666
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -	<u>1.474.502.906</u>	-	<u>1.474.502.906</u>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/03/2021		31/03/2021
	ORIGINALMENTE	Ajustes/	REAPRESENTADO
	APRESENTADO	Reclass.	
RECEITA LÍQUIDA	20.838.454		20.838.454
Custo dos serviços prestados	(63.822.335)		(63.822.335)
PREJUÍZO BRUTO	(42.983.881)		(42.983.881)
Despesas operacionais	(16.219.488)		(16.219.488)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(59.203.369)		(59.203.369)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	3.473.420		3.473.420
Receitas financeiras	3.482.382		3.482.382
Despesas financeiras	(176.607)	167.645	(8.962)
SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	11.556.543		11.556.543
RESULTADO OPERACIONAL	(44.341.051)		(44.173.406)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(44.341.051)</u>	167.645	<u>(44.173.406)</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 REAPRESENTADO	2.014.563.144	46.076.522	33.706.141	(732.928.764)	1.361.417.043
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12.885	-	-	12.885
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	(43.340.436)	(43.890.196)
Resultado do exercício	-	-	-	(44.173.406)	(44.173.406)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 REAPRESENTADO	2.014.563.144	46.089.406	33.156.380	(776.269.200)	1.317.539.731
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO	2.014.563.144	56.763.348	31.507.097	(802.975.924)	1.299.857.666
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.329.113	-	-	3.329.113
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	(16.474.019)	(17.023.780)
Resultado do exercício	-	-	-	(17.306.990)	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2022	2.014.563.144	60.092.462	30.957.337	(819.449.944)	1.286.162.999

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	20.450	20.200
Valores em trânsito	922.332	783.578
Aplicações de liquidez imediata	152.028.819	137.906.347
	<u>152.971.602</u>	<u>138.710.125</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas ao custo acrescidas de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação em 31 de março de 2022 foi de R\$ 3.846.564,00 (R\$ 3.151.697 em 31/03/2021).

6. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	775.044	1.646.882
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	2.002.137	1.958.576
(-)Provisão para risco	-297.958	-297.958
	<u>2.479.223</u>	<u>3.307.500</u>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, conforme a seguir:

Saldo no início do período	297.958
(+) Provisão	-
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo no final do período	<u>297.958</u>

7. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

8. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	<u>31/03/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Adiantamento de férias	1.968.355	-	2.874.793	-
Adiantamento de 13º	1.239.160	-	-	-
Adiantamento por insuf. de saldo (a)	133.469	-	106.854	-
Plano de Saúde (b)	66.746	169.064	51.129	169.064
Débitos de empregados	5.618	-	14.201	-
	<u>3.413.348</u>	<u>169.064</u>	<u>3.046.977</u>	<u>169.064</u>

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 31 de março de 2022 a provisão é no montante de R\$ 45.636 (R\$ 45.636 em 31 de dezembro de 2021). Os adiantamentos por suficiência de saldo estão deduzidos da provisão para risco de crédito conforme a seguir:

Saldo Inicial	106.854
Pagamentos	418.542
Recebimentos	(391.927)
Provisão	-
Saldo Final	<u>133.469</u>

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 10.007 (R\$ 10.007 em 31/12/2021), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

9. DIREITOS A RECEBER

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Convênio Pessoal Cedido	19.409	15.577
Depósitos e Cauções/Outros devedores	49.048	32.765
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	125.123
	<u>193.580</u>	<u>173.465</u>

O valor de R\$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

10. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Material de TUES e Veículos	10.114.050	11.147.870
Material da Via Permanente	2.397.323	2.418.634
Sistemas operacionais	3.449.618	3.460.370
Peças e Acessórios de Equipamentos	69.712	70.194
Materiais de expediente e administrativos	686.394	678.227
Ajuste de Inventário Físico	(311.368)	(311.368)
	<u>16.405.729</u>	<u>17.463.927</u>

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos Judiciais Cíveis	25.639	8.479
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias a Juízo	49.914.172	54.865.407
Processos Judiciais - Rec. Próprios	205.232	205.232
	<u>50.145.043</u>	<u>55.079.118</u>

12. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 461.127 (R\$ 461.127 em 31/12/2021) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

13. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	31/03/2022			31/12/2021
	Vida Útil (anos)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25	263.975.592	(79.627.041)	185.744.199
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	167.034.314	(75.896.941)	91.960.034
Via permanente	33,33	604.946.676	(145.464.594)	462.548.756
Sistemas operacionais	11,11	324.518.076	(158.870.997)	165.647.079
Veículos ferroviários/aeromóvel	20	368.622.487	(140.702.590)	227.919.898
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(863.343)	815.644
Equip. processamento de dados	4,55	6.516.447	(5.337.735)	1.178.712
Equipamentos, máquinas e instrumentos	7,69	61.155.158	(49.360.064)	11.795.094
Instalações	9,09	29.788.519	(13.285.748)	16.502.771
Móveis e utensílios	10	10.651.547	(7.579.317)	3.072.230
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(10.208.407)	3.877.219
Imobilizado em andamento	-	16.321.192	-	16.321.192
Almoxarifado de bens imobilizados	-	9.993.832	-	9.993.832
		1.925.198.270	(687.196.775)	1.238.001.494
				1.249.048.154

b) Movimentação do Imobilizado

CUSTO	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2022
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	263.975.592	-	-	-	263.975.592
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	-	-	-	167.034.314
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	324.518.076	-	-	-	324.518.076
Veículos ferroviários/aeromóvel	368.622.487	-	-	-	368.622.487
Veículos rodoviários	1.678.988	-	-	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	6.198.842	317.605	-	-	6.516.447
Equip., máquinas e instrumentos	61.147.529	8.116	(487)	-	61.155.158
Instalações	29.788.519	-	-	-	29.788.519
Móveis e utensílios	10.482.490	169.169	(112)	-	10.651.547
Benfeitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em andamento	15.211.905	1.109.286	-	-	16.321.192
Almoxarifado de bens imobilizados	9.993.832	-	-	-	9.993.832
TOTAL CUSTO	1.923.594.692	1.604.177	(599)	-	1.925.198.270
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2022
Edificações, estações e depósitos	(78.231.394)	(1.395.647)	-	-	(79.627.041)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(75.074.280)	(822.662)	-	-	(75.896.941)
Via permanente	(142.397.920)	(3.066.674)	-	-	(145.464.594)
Sistemas operacionais	(155.508.411)	(3.362.587)	-	-	(158.870.997)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(138.502.861)	(2.199.728)	-	-	(140.702.590)
Veículos rodoviários	(832.376)	(30.967)	-	-	(863.343)
Equip. processamento de dados	(5.195.673)	(142.062)	-	-	(5.337.735)
Equip., máquinas e instrumentos	(48.519.525)	(841.026)	487	-	(49.360.064)
Instalações	(12.749.580)	(536.168)	-	-	(13.285.748)
Móveis e utensílios	(7.408.767)	(170.661)	112	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	(10.125.753)	(82.653)	-	-	(10.208.407)
TOTAL DEPRECIAÇÃO	(674.546.538)	(12.650.836)	599	-	(687.196.775)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	1.249.048.154	(11.046.659)	-	-	1.238.001.494

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No período de 3 meses findo em 31 de março de 2022 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 832.971 referente à depreciação e no valor de R\$ 283.210 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 30.957.338 (R\$ 31.507.098 em 31/12/2021) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 15.947.837 (R\$ 16.231.047 em 31/12/2021).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 3 de março de 2022, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

	2021
Ativos Imobilizados (Líquido do Imobilizado em Andamento)	1.233.836.248
Ativos Intangíveis	2.225.457
Total dos Ativos Componentes da UGC	1.236.061.705
Valor Justo (*)	1.548.764.305
Redução ao Valor recuperável	-

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é composto pelos trens série 200 e expansão da linha norte (via permanente, obras civis, rede aérea e sistemas operacionais).

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 285.657.730 em 31 de março de 2022.

14. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do Intangível

Contas	Vida Útil (anos)			31/03/2022	31/12/2021
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	12.734.162	(11.987.488)	746.673	849.657
Outras desp. de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		14.140.834	(12.018.360)	2.122.473	2.225.457

e) movimentação do Intangível

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2022
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.734.161	-	-	-	12.734.161
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO	14.140.833	-	-	-	14.140.833

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/03/2022</u>
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(11.884.504)	(102.984)	-	-	(11.987.488)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL AMORTIZAÇÃO	(11.915.376)	(102.984)	-	-	(12.018.360)
INTANGÍVEL LÍQUIDO	2.225.457	(102.984)	-	-	2.122.473

15. FORNECEDORES

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aquisições Trens	3.199.887	6.962.873
Sist. de energia e comun.	344.933	97.051
Prestação de serviços	5.314.885	2.490.748
Energia Elétrica	5.434.588	5.277.525
Gastos gerais	5.794.848	3.757.972
	20.089.141	18.586.169

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/03/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Férias e Encargos	15.000.627	-	13.760.046	-
Promoção por Antiguidade a Pagar	2.249.569	686.688	2.249.569	686.688
Outras Obrigações Trabalhistas	45.713	-	45.713	-
	17.295.909	686.688	16.055.328	686.688

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Credores p/ Venda Créditos	1.403.528	1.282.928
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	224.246	110.299
Adiantamento Clientes Comerciais	16.595	2.433
	1.644.369	1.395.660

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

18. CREDORES POR CONVÊNIO

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Convênios SESI/SENAI	89.326	65.275
Assistência Saúde	699.154	657.179
Credores Diversos	369.067	2.208
	1.157.547	724.662

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 31 de março de 2022, a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 101.893.511 para ações de empregados e de R\$ 756.259 para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	94.686.124	95.727.104
(+) Provisão	12.873.368	15.415.357
(-) Reversão	-	(7.640.779)
(-) Pagamentos	(4.909.721)	(8.815.558)
Saldo no final do período	<u>102.649.771</u>	<u>94.686.124</u>

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31/03/2022 compõe-se de R\$ 9.325.401 (R\$ 7.206.770 em 31/12/2021).

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de 3 meses findo em 31/03/2021 e no exercício findo em 31/12/2021 está composta como segue:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	17.194.283	23.835.766
(+) Provisões	2.313.060	319.123
(-) Reversões	-	(6.732.618)
(-) Pagamentos	(37.703)	(227.988)
Saldo no final do período	<u>19.469.640</u>	<u>17.194.283</u>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31/03/2022 é de R\$ 22.656.324 (R\$ 21.668.993 em 31/12/2021). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.014.563.144 está representado por 9.531.343.524 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

<u>Composição Acionária em</u>	<u>31/03/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
<u>Acionista</u>				
União Federal	9.522.884.238	99,9112	9.522.884.238	99,9112
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0687	6.543.949	0,0687
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0201	1.915.337	0,0201
Total	9.531.343.524	100,0000	9.531.343.524	100,0000

b) Prejuízos acumulados

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 840.802.993 (R\$ 824.328.973 em 31/12/2021).

21. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

O montante total de adiantamento para aumento de capital, soma o total de R\$ 84.471.327 (R\$ 3.025.817 longo prazo e patrimônio líquido de R\$ 81.445.510). Desse montante, no exercício de 2020, a Companhia encaminhou proposta para assembleia de Aumento de Capital no montante de R\$ 64.319.428, sendo R\$ 34.280.496 referente a recursos recebidos entre 31/12/2015 e 31/12/2016 e os encargos decorrentes pela atualização pela SELIC até a data da referida proposta e R\$ 30.038.932 referente aos recursos recebidos de 01/01/2017 a 31/03/2020. Essa proposta resultará no aumento de 428.098.405 ações ordinárias nominativas a ser apreciado na assembleia geral ordinária a ocorrer em junho/2022.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de 3 meses findo em 31/03/2022 foi de R\$ 47.419.172 (R\$ 11.556.543 em 31/03/2021) composto a seguir:

Subvenção	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal	36.573.125	(230.113)
Sentença	3.069.146	5.867.963
Custeio	7.776.901	5.918.693
	47.419.172	11.556.543

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, nº 14.303 de 21 de janeiro de 2022f.Os montantes fixados para a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2022, conforme a LOA é de R\$ 275.254.113. Deste valor, R\$ 96.290.029 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 178.964.084 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	LOA/2022	Recursos Próprios Fonte 150/180	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	147.547.569	81.279.532	66.268.037
Sentença	26.100.000	-	26.100.000
Custeio	99.606.544	13.010.497	86.596.047
Investimento	2.000.000	2.000.000	-
	275.254.113	96.290.029	178.964.084

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	28.599.129	20.294.152
Aluguéis, arrendamentos e concessões	564.175	599.782
	<u>29.163.304</u>	<u>20.893.934</u>
Tributos sobre a receita bruta	(52.186)	(55.480)
	<u>(52.186)</u>	<u>(55.480)</u>
RECEITA LÍQUIDA	<u>29.111.118</u>	<u>20.838.454</u>

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Pessoal e Encargos	28.007.945	26.657.573
Serviços de Terceiros	9.693.554	9.822.090
Consumo de Materiais	1.638.791	1.385.886
Energia de Tração	6.207.662	11.946.884
Serviços de Utilidade Pública	2.262.633	1.861.809
Depreciação	12.156.823	12.045.838
Outros Custos	27.080	102.255
	<u>59.994.489</u>	<u>63.822.335</u>

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Pessoal e Encargos	14.319.874	13.989.534
Serviços de Terceiros	2.008.787	2.361.722
Consumo de Materiais	322.284	90.821
Serviços de Utilidade Pública	455.654	331.333
Depreciação/ Amortização	596.996	1.014.776
Outras Despesas	1.230.096	800.493
	<u>18.933.691</u>	<u>18.588.679</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(17.305.590)	(44.341.051)	(17.305.590)	(44.341.051)
Adições / (Exclusões) permanentes	1.115.140	1.111.482	1.115.140	1.111.482
Adições / (Exclusões) temporárias	9.915.971	(5.456.656)	9.915.971	(5.456.656)
Lucro Real	(6.274.479)	(48.686.225)	(6.274.479)	(48.686.225)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal - 30%	-	-	-	-
Alíquota - 9%	-	-	-	-
Alíquota - 10%	-	-	-	-
Alíquota - 15%	-	-	-	-
Total Imposto	-	-	-	-
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	-	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	-	-	-
Total Imposto a pagar	-	-	-	-
Valor do imposto pago no ano calendário	-	-	-	-

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	2021
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2021
Patrimônio - P	85.797.808
Passivos Atuariais (Valor Presente)	
Benefícios Concedidos – A	36.236.401
Benefícios a Conceder – B	52.690.163
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(1.815.013)
Patrocinadora - C1	-
Participante - C2	-
Assistidos - C3	(1.815.013)
Total das Provisões - D = A + B + C	87.111.551
Fundos – E	2.756.712
Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D – E	(4.070.455)
Valor do Ajuste de Precificação = G	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(4.070.455)

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 3,61% no ano, isso corresponde a 25% da meta atuarial de 2021 (INPC + 4,10%) que foi de 14,68%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A “duration” do plano foi de 8,10 anos no encerramento de 2021.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2021, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R\$ 4.070.455. Esse valor é superior ao limite de déficit do plano de R\$ 1.411.276, portanto com a necessidade de equacionamento. O déficit restringe-se aos assistidos e à patrocinadora em igual montante. O montante sob responsabilidade da patrocinadora de R\$ 1.329.589 foi reconhecido nas demonstrações financeiras. Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 46 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos dos déficits estão compostos conforme segue:

	2021	
	Circulante	Não Circulante
Déficit 2013/2014 em equacionamento	454.248	1.287.037
Déficit 2021 a equacionar	-	1.329.589
	454.248	2.616.626

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 285.657.730.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

28. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no 1º trimestre de 2022 e de 2021 foram como segue:

<u>Parte Relacionada</u>	<u>Contrato</u>	<u>Valor contratual</u>	<u>Valores Pagos 1º trimestre 2022</u>	<u>Valores Pagos 1º trimestre 2021</u>
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	12.256
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	120.17/17-1	30.000	1.013	984
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-
Total		2.030.000	1.013	13.240

<u>Administrador / Conselheiro</u>	<u>Parte Relacionada</u>	<u>Valores pagos até 31/03/2022</u>	<u>Valores pagos até 31/03/2021</u>
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Ministério do Desenvolvimento Regional	7.980	7.980
Carlos Biedermann	Ministério da Economia	-	7.980
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	12.488	12.488
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	7.980	7.980
Rafel Bicca Machado	Ministério da Economia	-	7.980
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Ministério da Economia	7.980	7.980
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Ministério da Economia	8.159	-

30. IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS (COVID-19)

A Administração da Companhia verificou que o ano de 2021 se caracterizou como um prolongamento de 2020, o ano de eclosão da pandemia da COVID19. Contrariamente às expectativas, tivemos novos surtos virais com as correspondentes medidas de controle sanitário. As restrições no comércio e atividades coletivas bem como a suspensão das atividades educacionais trouxeram reflexos no nosso sistema de transporte público.

Com relação à demanda de passageiros transportados, após uma década com volumes anuais da ordem de 50 milhões/passageiros/ano, enfrentamos 2020 com 24,3 milhões e, 2021, com 25,2 milhões, frustrando nossas previsões de superação.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração da Companhia avaliou juntamente com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Em 20 de dezembro de 2022 foi homologado aumento de capital no montante de R\$ 45.103.798, através de 351.874.658 ações ordinárias nominativas, mediante assembleia geral extraordinária. Conforme exposto na nota explicativa nº 4, houve regularização das atualizações referentes ao aumento de capital incorporado na assembleia geral extraordinária ocorrida em 20/12/2022, de acordo com Voto da União e parecer SEI do Ministério da Economia devido mudança de da atualização dos recursos incorporados ao capital.

Em 27 de dezembro de 2022 houve pagamento de processo judicial nº 5010183-04-2014.04.7100 no montante de R\$ 14.594.714, sendo que desse valor havia provisão no montante R\$ 2.887.751, sendo registrado o valor de R\$ 11.706.962 como condenação cível.

Porto Alegre, 26 de Maio de 2023.

PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
Diretor Presidente

GERALDO LUIS FELIPPE
Diretor de Administração e Finanças

JAIR BERNARDO CORREA
Gerência de Orçamento e Finanças

TALITHA DA SILVEIRA MENDER DE SOUZA
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 090.987